

# Das Normas Fundamentais do Processo Civil

UMA ANÁLISE LUSO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

2015

Artur César de Souza

**DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL**  
UMA ANÁLISE LUSO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

© ALMEDINA, 2015

AUTOR: Artur César de Souza

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA.

ISBN: 978-858-49-3043-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Souza, Artur César de  
Das normas fundamentais do processo civil /  
Artur César de Souza. – São Paulo :  
Almedina, 2015.

ISBN 978-85-8493-043-2

1. Direitos fundamentais 2. Processo civil  
3. Processo civil - Brasil 4. Processo civil -  
Legislação - Brasil I. Título.

15-05361

CDU-347.9(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Julho, 2015

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. DA TUTELA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO	29
1.1. Ordenação, disciplinamento e interpretação das normas processuais segundo as normas os princípios e regras fundamentais previstos nas Constituições Federais	31
1.2. Diferenciação entre princípios e valores	33
1.3. Diferenciação entre princípios e regras	36
1.4. Garantias democráticas do processo civil moderno	45
1.5. Valores incorporados nas Constituições Federais como diretrizes de interpretação das normas processuais	49
2. PRINCÍPIOS E VALORES TRANSNACIONAIS DO PROCESSO CIVIL	57
3. DO PRINCÍPIO DISPOSITIVO	65
3.1. Princípio dispositivo propriamente dito ( <i>Dispositionsmaxime</i> ) e Princípio da alegação da parte ( <i>Verhandlungsmaxime</i> )	69
3.2. Princípio dispositivo quanto à alegação dos fatos	70
3.3. Princípio dispositivo e sua congruência com o dispositivo da decisão	74
3.4. Princípio dispositivo e as exceções legais	79
3.5. Princípio dispositivo e a gestão do processo (impulso oficial)	85
4. PRINCÍPIO/GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA OU DA UBIQUIDADE	91

4.1.	Acesso à justiça e o duplo grau de jurisdição	95
4.2.	Acesso à justiça e a dimensão de natureza prestacional incondicional	97
4.3.	Acesso à justiça e a dimensão de proteção eficaz	100
4.4.	Acesso à justiça e a pobreza como barreira externa	102
4.5.	Acesso à justiça e a exceção Constitucional	107
4.6.	Acesso à justiça e abuso de direito	113
5.	PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL	119
5.1.	Celeridade processual e o conteúdo normativo jurídico	122
5.2.	Celeridade processual e a <i>máxima</i> da <i>razoabilidade</i>	124
5.3.	Algumas circunstâncias procedimentais que podem contribuir para a razoável duração do processo	126
5.4.	Sanções ao descumprimento do princípio da celeridade processual	129
5.5.	Do julgamento segundo a ordem cronológica de conclusão dos processos	132
5.5.1.	Publicação da lista de processo para consulta pública	133
5.5.2.	Das exceções legais da ordem cronológica de julgamento	134
6.	PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO	141
6.1.	Princípio da cooperação no processo civil brasileiro	141
6.2.	Princípio da cooperação no processo civil português	145
6.3.	Princípio da cooperação – processo como jogo individualista	147
6.4.	Princípio da cooperação – dever de boa-fé – sanção	149
6.5.	Fases do processo em que ocorre o dever de cooperação	158
6.6.	A mentira e o princípio da cooperação	163
6.7.	Dever de cooperação – para além das partes	165
6.8.	Dever de cooperação entre as próprias partes	167
7.	OS FINS SOCIAIS, A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, A LEGALIDADE, A IMPESSOALIDADE, A PUBLICIDADE E A EFICIÊNCIA COMO CRITÉRIOS FINALÍSTICOS DE APLICAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO	169
7.1.	Texto e norma	169
7.2.	Fim social e bem comum	171
7.3.	Outros princípios e máximas como diretrizes de aplicação do ordenamento jurídico	172

7.4. Critérios hermenêuticos adotados pela atual jurisprudência brasileira	174
8. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	181
8.1. Princípio do contraditório e proibição de <i>decisões-surpresa</i>	189
8.2. Postergação do princípio do contraditório	193
8.3. Princípio do contraditório e da paridade das partes	194
8.4. Paridade das partes e tratamento jurídico diferenciado	196
8.5. Paridade no sentido substancial e não meramente formal	198
8.6. Princípio do contraditório nos fundamentos da demanda	210
9. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS JULGAMENTOS DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO	223
9.1. A publicidade dos julgamentos como exigência do princípio democrático	224
9.2. Publicidade mediata e imediata	228
9.3. Exceções legais à publicidade dos julgamentos	232
10. O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO (MOTIVAÇÃO) DA DECISÃO PELOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO	243
11. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ	251
12. PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ	255
13. PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DO JUIZ	263
13.1. Princípio da independência como fundamento da livre apreciação da prova	267
13.2. Princípio da prova legal	271
14. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	273
15. O PROCESSO COMO INSTRUMENTO DA JURISDIÇÃO CIVIL	277
15.1. O que se entende por <i>jurisdição civil</i>	277
15.2. Variação da concepção de jurisdição segundo o tempo histórico e o espaço geográfico	282
15.3. Caráter instrumental da atividade jurisdicional	284

15.4. Caráter substitutivo da atividade jurisdicional	284
15.5. Jurisdição no seu aspecto funcional	285
15.6. Função jurisdicional e função judicial	287
15.7. Jurisdição como imparcialidade	288
15.8. A coisa julgada como essência da jurisdição	290
15.9. Essência da jurisdição com base na Constituição Federal brasileira de 1988	291
15.10. Regulação da jurisdição civil no território brasileiro pelas normas processuais	294
15.11. Regulação da jurisdição civil pelos tratados ou convenções internacionais	286
16. PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE E DA APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS	305
16.1. Irretroatividade das normas processuais	305
16.2. Aplicação imediata das normas processuais	312